



CONCURSO PÚBLICO - Edital N.º 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 20 de Dezembro de 2009

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: CONTADOR

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Esta prova contém 50 questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 15 de Legislação, 25 de Conhecimentos Específicos e 02 Questões Analítico-Discursivas. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14:30h e término às 18:30h (horário local).
3. A resposta definitiva de cada questão objetiva deve ser obrigatoriamente, assinalada no **CARTÃO RESPOSTA**, considerando a numeração de 01 a 50. As questões analítico-discursivas deverão ser respondidas no **FORMULÁRIO-RESPOSTA**, obedecendo ao limite máximo de 15 linhas para escrever a resposta de cada questão.
4. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no **CARTÃO RESPOSTA**. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
5. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul para responder as questões analítico-discursivas, pois não serão consideradas respostas de lápis. O **FORMULÁRIO-RESPOSTA** será o único documento considerado para a correção da Prova Subjetiva. O boletim contendo a prova deve ser usado apenas como rascunho e não valerá, sob hipótese alguma, para efeito de correção pela banca examinadora.
6. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do **CARTÃO RESPOSTA** que você recebeu, assim como, no **FORMULÁRIO-RESPOSTA** na parte inferior. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
7. É obrigatório que você assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA** do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação. O **FORMULÁRIO-RESPOSTA** não poderá ser assinado pelo candidato.
8. A maneira correta de marcar as respostas no **CARTÃO RESPOSTA** é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no **CARTÃO RESPOSTA**.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta e do formulário-resposta por erro do candidato. O cartão resposta e o formulário-resposta só serão substituídos se for constatado falha de impressão.
10. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da mesma. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
11. O candidato deverá devolver no final da prova, o boletim de questões, cartão-resposta e o formulário-resposta recebidos.
12. Será automaticamente eliminado do concurso público da Prefeitura Municipal de Parauapebas, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2009.

Boa prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1 – QUESTÕES 01 a 04

A abolição do gerúndio

por José Augusto Carvalho

1 José Roberto Arruda, governador de Brasília, em seu artigo “Demiti
2 o gerúndio”, argumenta que demitir o gerúndio era uma necessidade,
3 porque os funcionários públicos recorriam a ele “para justificar a própria
4 ineficiência”. Para ele, ditos como “estamos preparando” ou “estamos
5 providenciando” (exemplos citados por ele como condenáveis, mas
6 exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o
7 gerundismo) caracterizariam “um crime contra a população” por
8 representar uma “progressão indefinida”.

9 Além do raciocínio indutivo que faz tábula rasa de todos os
10 funcionários, considerados proteladores e ineficientes, José Roberto
11 Arruda condena o gerúndio porque, para ele, o abuso do gerúndio é que
12 seria responsável pelo emperramento da máquina administrativa. O
13 gerúndio é que seria responsável pela burocracia, “enquanto doentes
14 padecem nas filas dos hospitais”. Vale dizer: eliminando-se o gerúndio,
15 os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções
16 com zelo, dedicação e eficiência.

17 “Abolir” o gerúndio é cercear a liberdade de expressão do falante.
18 Não é o gerúndio que provoca o adiamento de um processo, a
19 procrastinação de um serviço público ou a falta de atendimento médico.
20 Na ótica simplista do Sr. Arruda, eliminando-se o gerúndio, eliminam-se
21 também a preguiça e a incompetência dos funcionários e burocratas da
22 sua administração. Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra
23 “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada; para que um
24 motor de carro funcione sempre, basta eliminar a palavra “pane” dos
25 dicionários. Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio
26 do seu vocabulário.

27 O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!
28 Oxalá falantes ilustres tenham o bom senso de entender que a nossa
língua portuguesa não tem um único dono. Nossa língua portuguesa é a
língua de todos nós, mesmo que alguma autoridade não concorde com o
nosso jeito de usá-la.

<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>
[com adaptações]

01. Em sua argumentação, o autor do texto

- (A) defende o uso do gerúndio pelos funcionários públicos para justificar sua ineficiência.
- (B) condena a proibição do uso do gerúndio porque, para ele, a língua é um bem coletivo.
- (C) julga factível induzir a comportamentos desejados por meio da eliminação de palavras ou de categorias gramaticais.
- (D) considera necessário tomar providências, no âmbito da língua portuguesa, para que os funcionários exerçam suas funções com zelo, dedicação e eficiência.

02. Não é possível ver ironia no seguinte fragmento do texto:

- (A) “O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!” (linha 24).
- (B) “Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio do seu vocabulário” (linhas 22-23).
- (C) “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo” (linhas 4-6).
- (D) “Vale dizer: eliminando-se o gerúndio, os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções com zelo, dedicação e eficiência” (linhas 12-14).

- 03.** Quanto às ideias desenvolvidas no texto, é **incorreto** afirmar que
- (A) José Augusto Carvalho acusa os funcionários públicos de ineficiência e procrastinação.
 - (B) uma progressão indefinida no âmbito do serviço público é, segundo o autor, um verdadeiro crime contra a população, porque emperra a máquina administrativa.
 - (C) o exemplo a que recorre o autor, em “Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada”, coloca em evidência o absurdo da decisão do governador de Brasília.
 - (D) o autor, no enunciado “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo”, distingue dois possíveis usos do gerúndio: um permitido e outro abusivo.

- 04.** Quanto aos fatos gramaticais da língua, é **falso** afirmar que
- (A) “público”, “médico” e “ótica” (linha 17) obedecem à mesma regra de acentuação.
 - (B) o verbo em “eliminam-se também a preguiça e a incompetência” (linhas 18-19) está na voz ativa.
 - (C) o uso de “é que” é expletivo em “o abuso do gerúndio é que seria responsável” (linha 10).
 - (D) a palavra “ditos” em “Para ele, ditos como ‘estamos preparando’” (linhas 3-4) é um substantivo e significa “aquilo que se diz”.

- 05.** Quanto às relações de sentido, é **correto** afirmar que
- (A) a locução “bom senso” (linha 25) significa “sentido utilitário; discernimento do útil”.
 - (B) a preposição “para”, em “para justificar a própria ineficiência” (linha 3), indica direção.
 - (C) haverá alteração de sentido se substituirmos “na ótica simplista” (linha 17) por “na visão sutil”.
 - (D) a substituição de “oxalá” (linha 24) por “tomara” não prejudicaria o sentido nem a correção do texto.

TEXTO 2 – QUESTÕES 06 e 07

O gerúndio é só o pretexto I

Luiz Costa Pereira Jr.

1 Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão
2 nacional. Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas
3 seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem
4 cotidiana. Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas
5 conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre
6 alguém que “vai estar passando” o nosso recado, “vai estar analisando”
7 nosso pedido ou “vai poder estar procurando” a chave do carro. É
8 fenômeno democrático, sem distinção de classe, profissão, sexo ou
9 idade. O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que
10 mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de
11 esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem
12 indiferentes. Embora não haja explicação única para a origem do
13 fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da
14 língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas
15 do mesmo vício.

16 O gerundismo pode não passar de moda e, tal como veio,
17 desmanchar-se no ar, como outros vícios de ocasião. O movimento
18 recente contrário à sua aceitação pode indicar que o fenômeno está
19 longe de generalizar-se. Mas, se ele corresponder mesmo a uma
20 necessidade nem sempre consciente da comunidade, erradicá-lo vai
demorar muito mais do que se imagina. Ainda é cedo para garantir, com
firmeza, o futuro do combate ao gerúndio vicioso. Se tal esforço “vai estar
surtindo efeito”, só o tempo “vai poder estar dizendo”.

06. Não há linguagem figurada no seguinte enunciado:

- (A) “Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão nacional” (linhas 1-2).
- (B) “Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem cotidiana” (linhas 2-3).
- (C) “Embora não haja explicação única para a origem do fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas do mesmo vício” (linhas 11-14).
- (D) “Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre alguém que ‘vai estar passando’ o nosso recado, ‘vai estar analisando’ o nosso pedido ou ‘vai poder estar procurando’ a chave do carro” (linhas 3-7).

07. Entre os termos abaixo, não retoma a palavra “gerundismo”

- (A) “alvo” (linha 8).
- (B) “vício” (linha 14).
- (C) “Paulo Coelho” (linha 3).
- (D) “fenômeno democrático” (linha 7).

TEXTO 3 – QUESTÕES 08 e 09

O Gerúndio é só o pretexto II

Luiz Costa Pereira Jr.

1 Ao adotar o gerúndio numa construção que não o pedia, a pessoa finge
2 indicar uma ação futura com precisão, quando na verdade não o faz.
3 Para a professora Maria Helena de Moura Neves, da UNESP e do
4 Mackenzie, autora da *Gramática de Usos do Português*, o gerundismo faz
5 a informação pontual (em que o foco está na ação) ser transformada
6 numa situação em curso (durativa). O aspecto pontual é aquele em que
7 um fenômeno é flagrado independentemente da passagem de tempo - o
8 verbo se refere só à ação. São pontuais, por exemplo, expressões como
9 “vou fazer” ou o futuro do presente, “farei”.
10 Porque os mecanismos lingüísticos são acionados pela intenção, diz
11 Maria Helena, é possível obter um efeito pragmático na locução do
12 gerúndio de atenuar o compromisso com a palavra dada.
13 - Quando digo “vou passar seu recado”, a referência é a ação em si. Não
14 me ateno à sua duração. Com isso, amarro um compromisso. A ação é
15 indicada ali, pura e simplesmente. Garanto que ela se cumprirá. Ao usar
16 o gerúndio, deixo de me referir puramente à ação e incorpora-se o
17 aspecto verbal durativo. A ênfase passa a ser outra. Você comunica que
18 até encontrará tempo para fazer a ação, mas seu foco não está mais
19 nela.

<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>
[com adaptações]

08. Pode-se afirmar que o excerto acima é predominantemente

- (A) informativo, visto que fornece informações sobre o uso abusivo do gerúndio no Brasil.
- (B) dialogal, porque nele se estabelece um diálogo com o leitor acerca do uso do gerúndio.
- (C) explicativo, visto que nele se explica que o gerundismo está relacionado a propósitos comunicativos.
- (D) descritivo, dada a ênfase na descrição de estruturas da língua portuguesa em que ocorre o uso abusivo do gerúndio.

09. Quanto aos fatos gramaticais da língua, é **correto** afirmar que

- (A) o uso da crase em “deixo de me referir puramente à ação” (linha 16) é optativo.
- (B) “se”, em “incorpora-se o aspecto verbal durativo” (linhas 16-17), é uma conjunção integrante.
- (C) há oração sem sujeito em “é possível obter um efeito pragmático na locução do gerúndio” (linha 11-12).
- (D) a próclise em “quando na verdade não o faz” (linha 2) justifica-se pela presença de palavra atrativa.

- 10.** Como se pode depreender da leitura dos vários textos, o gerundismo é o mau emprego do gerúndio, como ocorre, por exemplo, em
- (A) “O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem indiferentes.” (<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>).
- (B) “Este artigo foi feito especialmente para que você possa estar recortando e possa estar deixando discretamente sobre a mesa de alguém que não consiga estar falando sem estar espalhando essa praga terrível da comunicação moderna, o gerundismo” (FREIRE, Ricardo. *Gerundismo*. Estado de S. Paulo. São Paulo. 16 de fev. 2001).
- (C) “O Diário da Região de Rio Preto publicou matéria sobre o emprego do gerúndio, fazendo críticas (justas) ao seu emprego abusivo e de forma gramaticalmente errada, prática esta que tem sido bastante utilizada por operadores de telemarketing, alguns jornalistas e pessoas em geral. [...] A sintaxe da língua portuguesa do Brasil está sofrendo contaminação da sintaxe da língua inglesa. O atendimento das moças do telemarketing está contaminando a fala das pessoas”. (<http://mfmdutra.wordpress.com/2006/03/14/uso-e-abuso-do-gerundio/> adaptado).
- (D) “Em lugar de ensinar os funcionários a usar o gerúndio, resolve-se o problema banindo-o da língua, como se a língua tivesse um só dono, coisa que, aliás, o governo deve pensar, ao impor uma mudança ortográfica absurda e sem sentido, nascida pretensamente para unificar a ortografia dos países de língua portuguesa, mas que, infelizmente, não unifica nada, porque continua admitindo grafias duplas” (<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>).

LEGISLAÇÃO

- 11.** A respeito dos bens do Município de Parauapebas, assinale a resposta correta.
- (A) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Câmara Municipal.
- (B) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Secretaria de Administração do Município.
- (C) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pelo Prefeito Municipal.
- (D) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Secretaria de Obras.
- 12.** É competência privativa do Município de Parauapebas.
- (A) Cuidar da saúde e assistência pública, bem como da proteção, garantia e integração social das pessoas portadoras de deficiências.
- (B) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e ao desporto.
- (C) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- (D) Elaborar o Plano Diretor.
- 13.** A respeito da Câmara Municipal, assinale a resposta correta.
- (A) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município e será estabelecido em Decreto Municipal.
- (B) O número de Vereadores à Câmara Municipal será fixo, e estabelecido em Decreto.
- (C) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional ao número de servidores públicos do Município e será estabelecido em Lei Municipal.
- (D) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município e será estabelecido em Lei Municipal.

14. Quanto à administração dos bens patrimoniais do Município de Parauapebas, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os bens móveis e semoventes municipais deverão ser tombados e os imóveis cadastrados.
- (B) Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados e os semoventes e móveis cadastrados.
- (C) O Município dará preferência à venda e doação de bens imóveis, ante a possibilidade de concessão de direito de uso.
- (D) Na alienação de bens imóveis, obsoletos ou de uso anti-econômico para o serviço municipal, proceder-se-á de conformidade com Lei Municipal que regulamente as Licitações Públicas.

15. A respeito dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de serviço público dependerá de autorização do Prefeito e ocorrerá sem necessidade de licitação.
- (B) A concessão de serviço público dependerá de autorização da Câmara Municipal e ocorrerá sem necessidade de licitação.
- (C) A concessão de serviço público dependerá de autorização da Câmara Municipal e mediante licitação.
- (D) A concessão de serviço público dependerá de autorização do Prefeito e ocorrerá sem necessidade de licitação.

16. A respeito da competência para editar atos administrativos, assinale aquela que pertence ao Sr. Prefeito.

- (A) A aprovação de regimento ou regulamentação dos órgãos de administração direta será objeto de portaria.
- (B) As medidas executórias do Plano Diretor serão efetivadas através de portaria.
- (C) A autorização para contrato e dispensa de servidores sob o regime da legislação trabalhista ocorrerá através de portaria.
- (D) A concessão de aposentadoria ocorrerá através de portaria.

17. A respeito do estatuto dos servidores públicos do Município de Parauapebas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas, também se aplica aos servidores investidos em empregos públicos, assim definidos em lei municipal específica.
- (B) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas também se aplica aos empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica.
- (C) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas também se aplica aos contratados por tempo determinado, para atender à necessidade temporária por excepcional interesse público.
- (D) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas aplica-se aos servidores públicos da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

18. A respeito do provimento de cargos públicos, assinale a resposta correta.

- (A) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 3% (três por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (B) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (C) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 4% (quatro por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (D) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 6% (seis por cento) das vagas oferecidas no concurso.

- 19.** A respeito da posse nos cargos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (B) A posse ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (C) A posse ocorrerá no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (D) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
- 20.** A respeito das formas de provimento dos cargos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Reversão é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (B) Reintegração é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (C) Recondução é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (D) Readaptação é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- 21.** A respeito de remuneração, assinale a resposta correta.
- (A) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - (B) Vencimento é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.
 - (C) Considera-se vencimento, o valor correspondente ao vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei como de caráter permanente.
 - (D) Em casos excepcionais, o vencimento pode ser inferior a 1 (um) salário mínimo vigente.
- 22.** A respeito de adicional noturno, assinale a resposta correta.
- (A) É remunerado com adicional noturno, o serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 05 (cinco) horas do dia seguinte.
 - (B) É remunerado com adicional noturno, o serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 06 (seis) horas do dia seguinte.
 - (C) A remuneração da “hora noturna” terá acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a “hora normal”.
 - (D) A remuneração da “hora noturna” terá acréscimo de 30% (trinta e cinco por cento) sobre a “hora normal”.
- 23.** A respeito de diárias e ajuda de custo, assinale a resposta correta.
- (A) Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, por período de até 30 (trinta) dias, será pago ajuda de custo, para custeio das despesas de viagem.
 - (B) Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, por período de até 30 (trinta) dias, serão concedidas diárias, para custeio das despesas de viagem.
 - (C) O servidor que receber diárias e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 10 (dez) dias.
 - (D) O servidor que receber ajuda de custo, e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 15 (quinze) dias.

- 24.** A respeito das licenças à gestante e à adotante, assinale a alternativa correta.
- (A) Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
 - (B) À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 6 (seis) anos de idade, serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ou tutelado ao novo lar.
 - (C) Será concedida licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
 - (D) À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 6 (seis) anos de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ou tutelado ao novo lar.
- 25.** A respeito das penalidades impostas ao servidor, assinale a resposta correta.
- (A) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 2 (dois) e 4 (quatro) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (B) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (C) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 1 (um) e 3 (três) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (D) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 4 (quatro) e 7 (sete) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 26.** A lei nº 11.638/07 trouxe profundas modificações em relação à contabilidade das empresas brasileiras. Dentre as modificações destaca-se:
- (A) Instituição do Regime Tributário de Transição – RTT.
 - (B) Uniu a “Contabilidade Societária” e a “Contabilidade Tributária”.
 - (C) Revogou o sub-grupo denominado de Ativo Diferido.
 - (D) Criou a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial”.
- 27.** A empresa, ao emitir debêntures com prazo de conversão em ações superior a um ano, deverá classificar esse fato no
- (A) Passivo Não-Circulante.
 - (B) Ativo Não-Circulante.
 - (C) Patrimônio Líquido.
 - (D) Resultado, como despesa.
- 28.** A indústria de tecidos S/A recebeu da Prefeitura Municipal um terreno para instalação de filial. A contrapartida credora do registro do fato é
- (A) Reserva de Capital.
 - (B) Receita Operacional.
 - (C) Outras receitas.
 - (D) Conta do Patrimônio Líquido.
- 29.** A conta Lucro Acumulado:
- (A) Foi extinta.
 - (B) Continua no Plano de Contas da Empresa.
 - (C) Extinta somente para os Planos de Contas das Sociedades Limitadas.
 - (D) Continua no Patrimônio Líquido das Sociedades Anônimas de capital fechado.

30. Ao avaliar investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial, o valor do Patrimônio Líquido das coligadas ou controladas:

- (A) Não se admite defasagem de tempo em relação ao Patrimônio Líquido da Investida.
- (B) Admite-se alguns critérios contábeis divergentes.
- (C) Será determinado com base na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Admite-se defasagem de até 60 dias, antes da data do Balanço da Investida.

31. O principal motivo para a extinção da Reserva de Reavaliação foi:

- (A) Tendência Internacional
- (B) Dar visibilidade para as Limitadas de grande porte
- (C) O mal uso pelos empresários brasileiros
- (D) Exigência da Comissão de Valores Imobiliários

32. O Leasing financeiro, ao se contabilizar o bem como um Ativo e a obrigação como Passivo, ratifica-se

- (A) a essência econômica prevalecendo sobre o aspecto formal ou legal.
- (B) a Legislação Tributária.
- (C) Cobrança Tributária da Receita Federal do Brasil.
- (D) o inconformismo dos órgãos reguladores (CVM, CFC, CPC, etc.).

33. Considera-se incorrida, a despesa

- (A) pela geração natural de novos ativos independente da intervenção de terceiros.
- (B) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
- (C) no recebimento efetivo de uma subvenção.
- (D) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

34. O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração. O raciocínio anterior está relacionado ao Princípio Fundamental da Contabilidade denominado de

- (A) Prudência.
- (B) Entidade.
- (C) Competência.
- (D) Oportunidade.

35. A empresa possui ações de outras companhias. Essas ações são destinadas às negociações ou disponíveis para venda. Qual o critério correto para avaliação dessas ações?

- (A) Custo ou mercado, dos dois, o menor
- (B) Pelo valor justo
- (C) Custo de aquisição mais correção monetária
- (D) Custo de aquisição diminuído de provisão para perda

36. Dentre as provisões abaixo, qual aquela que a Legislação do Imposto de Renda considera dedutível na apuração do Lucro Tributado?

- (A) Para crédito de liquidação duvidosa
- (B) Ajuste do custo de ativos ao valor de mercado
- (C) Perdas prováveis na realização de investimentos permanentes
- (D) Para perda de estoques de livros

37. O Contador da Indústria de Palmitos S/A, ao elaborar os demonstrativos contábeis em 31.12.2008, percebeu existência de despesa de competência do ano-calendário de 2007, para contabilizá-la corretamente deverá

(A) provisioná-la no Passivo Circulante.

(B) contabilizá-la como despesa, no encerramento do exercício de 2008.

(C) contabilizá-la como Ajuste de Exercício Anterior, impactando diretamente o Patrimônio Líquido.

(D) provisioná-la como conta redutora do Ativo Circulante.

38. A Comercial Amazônia LTDA descontou duplicatas junto ao Banco da Amazônia S/A. O cliente pagou o título de crédito no vencimento e o banco mandou para a empresa o aviso do pagamento efetuado pelo cliente. Qual a conta credora que irá encerrar a operação de desconto de duplicata face o pagamento do cliente?

(A) Banco conta movimento

(B) Duplicatas a receber

(C) Duplicata descontada

(D) Receita de vendas

39. Princípio do Orçamento Público que diz que se deve evitar que se inclua na lei de orçamento normas relativas a outros campos jurídicos e, portanto, não relacionadas ou vinculadas à previsão da receita e a incorrência da despesa.

(A) Equilíbrio

(B) Anualidade

(C) Clareza

(D) Exclusividade

40. Fase do ciclo orçamentário, caracterizada por ser de competência do Poder Legislativo, e o seu significado está configurado na necessidade de que o povo, através de seus representantes, intervenha na decisão de suas próprias aspirações, bem como na maneira de alcançá-las.

(A) Elaboração

(B) Estudo e aprovação

(C) Execução

(D) Avaliação

41. A Lei Federal nº 4.320/64 diz que a receita orçamentária classifica-se em receitas correntes e receitas de capital. Tipo de receita corrente destina a arrecadar recursos relativos à manutenção de programas e serviços sociais de interesse coletivo.

(A) De contribuições

(B) De serviços

(C) Transferências correntes

(D) Patrimoniais, agropecuária e industrial

42. Entende-se por grupo de natureza de despesa, segundo a portaria interministerial nº 163/2001, a agregação de elementos de despesas que apresentam as mesmas características, quanto ao objeto de gasto. Como é classificada a despesa com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público?

(A) Pessoal e encargos sociais

(B) Inversões financeiras

(C) Outras despesas correntes

(D) Investimentos

43. Estágio da despesa orçamentária que é cumprida por ocasião da discriminação das tabelas explicativas, baixadas através da lei de orçamento. É precedida por gama de procedimentos que vão desde a elaboração das propostas, a mensagem do poder executivo, o projeto de lei, a discussão do Poder Legislativo e a conseqüente aprovação e promulgação, transformando-a em Lei Orçamentária.

- (A) Empenho
- (B) Fixação
- (C) Liquidação
- (D) Pagamento

44. O empenho, quando autorizado competente, fica criada a obrigação de pagamento para o Estado. Modalidade de empenho relacionado com os gastos decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefones e outros.

- (A) Global
- (B) Normal
- (C) Ordinário
- (D) Por Estimativa

45. Demonstrativo Contábil que está para a Entidade Pública, assim como a Demonstração do Resultado do Exercício está para a Entidade Privada de fins lucrativos.

- (A) Das variações patrimoniais
- (B) Balanço Orçamentário
- (C) Balanço Financeiro
- (D) Balanço Patrimonial

46. A Empresa de vigilância “Vigilância do Pará S/S LTDA” prestou serviços de segurança e vigilância para a Empresa “Banco da Amazônia S/A”. Esse serviço prestado

- (A) é isento de Tributação do Imposto de Renda.
- (B) sofre retenção de Imposto de Renda cuja alíquota é de 1,5%.
- (C) sofre retenção de Imposto de Renda cuja alíquota é de 1%.
- (D) aplica-se a Tabela progressiva mensal a que estão sujeitas as pessoas físicas.

47. Estão sujeitos à retenção na fonte de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado. Essa retenção não se aplica às(aos)

- (A) Entidades Sindicais.
- (B) Fundações dos Estados.
- (C) Condomínios Edifícios.
- (D) Sociedades Cooperativas.

48. São contribuintes da COFINS e da contribuição para o PIS-PASEP cumulativas, as pessoas jurídicas de direito privado, em geral, inclusive as pessoas a elas equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, exceto:

- (A) Entidades Financeiras
- (B) As pessoas jurídicas tributadas pelo Imposto de Renda com base no Lucro Arbitrado
- (C) As empresas submetidas ao regime de tributário do Simples Nacional
- (D) Empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores

49. As pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo da contribuição para o PIS e da COFINS devem calcular as respectivas contribuições mediante aplicação da seguinte alíquota sobre o faturamento bruto auferido:

- (A) 0,65% para o PIS
- (B) 3,00% para a COFINS
- (C) 7,56% para a COFINS
- (D) 1,65% para o PIS

